



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
DIRETORIA DE COMPRAS

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 23070.050996/2022-90

PROCESSO:23070.050996/2022-90

PREGÃO ELETRÔNICO SISPP Nº. 068/2022

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. **Aquisição de equipamentos de TIC tais como: leitora de código de barra, monitor e outros**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e respectivo edital.

1.1.1. A descrição detalhada dos itens da solução de TIC que integram o objeto desta licitação, o código do CATMAT, e as respectivas quantidades, seguem na Tabela abaixo:

Tabela 1 - Itens da Licitação

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
1	ETIQUETA, ADESIVA, MATERIAL POLIÉSTER, COR PRATA CROMO FOSCO, 1 COLUNA, DIMENSÕES 46MM X 20MM - ROLO 100 UNIDADES	600277	UNIDADE	60	R\$ 58,30
2	IMPRESSORA, CÓDIGO DE BARRAS, ETIQUETAS MÉTODO DE IMPRESSÃO TÉRMICA DIRETA / TRANSFERÊNCIA TÉRMICA, RESOLUÇÃO 203 DPI, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO 102MM/S, LARGURA MÁXIMA DE IMPRESSÃO 108MM, CAPACIDADE MÁXIMA DO ROLO 127MM DE DIÂMETRO EXTERNO, ESPESSURA DAS ETIQUETAS 0,08MM ATÉ 0,2MM, TIPOS DE ETIQUETAS TAG/ TARJA PRETA/ CHANFRADAS/ SANFONADAS/ CONTÍNUAS, LINGUAGENS DE PROGRAMAÇÃO EZPL/ GEPL (GODEX ELTRON PRINTER LANGUAGE)/ GZPL (GODEXZEBRA PRINTER LANGUAGE), CÓDIGO DE BARRAS CODE 39/ CODE 93/ CODE 128 (SUBSET A, B, C)/ UCC/EAN-128 (INCLUINDO O KMART)/ 2 DE 5 INTERCALADO/ RANDOM WEIGHT/ TELEPEN/ PDF-417/ MAXICODE/ DATAMATRIX CODE/ QR CODE, INTERFACE ETHERNET E USB, ALIMENTAÇÃO 100 A 240VAC/60HZ (BIVOLT AUTOMÁTICA), MANTER COMPATIBILIDADE E HOMOLOGAÇÃO PELO APLICATIVO DE GESTÃO PARA OS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS - AGHU, FORNECER COM MÓDULO ETHERNET INCLUSO OU ENTREGUE EM SEPARADO, SER COMPATÍVEL COM O SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS, MÍNIMO DE GARANTIA DE 12 MESES COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA CREDENCIADA PELO FABRICANTE	107603	UNIDADE	1	R\$1.450,00
3	LEITORA, CÓDIGO DE BARRAS AUTOMÁTICA (SENSOR AUTOMÁTICO DE LEITURA), COM SUPORTE ARTICULÁVEL, INTERFACE USB, LARGURA DE CAMPO 220MM, PROFUNDIDADE DE CAMPO ATÉ 35CM, RESOLUÇÃO 4 MIL, LUZ AMBIENTE 5.000 LUX, LASER VERMELHO 650NM, VELOCIDADE DE LEITURA 100 SCANS/SEG	150267	UNIDADE	30	R\$445,00
4	MONITOR, PROFISSIONAL, TELA 27" A 31" IPS, WIDE, 4K UHD, HDR 10, 98%SRGB, HDMI/DISPLAYPORT, COLOR CALIBRATED, COR PRETO. CARACTERÍSTICAS: TELA: - TAMANHO: 27" A 31"; - TIPO DE TELA: IPS; - BRILHO: 300 CD/M²; - RESOLUÇÃO MÁXIMA: 3840 X 2160; - HDR10; - CONTRASTE ESTATICO: 1000:1; -	482914	UNIDADE	4	R\$2.675,00

	SUPORTE DE CORES: 1,07 BILHÃO DE CORES; - TEMPO DE RESPOSTA: 5MS; - PIXEL PITCH: 0,1554 X 0,1554 MM; - REVESTIMENTO DE TELA :ANTI GLARE TREATMENT (3H); - FREQUÊNCIA ANALÓGICA E DIGITAL: (H: 30~135 KHZ V: 56~61 HZ); - ÂNGULO DE VISÃO: 178° / 178°; - VESA: 100 X 100 MM. ENTRADAS E SAÍDAS, NO MÍNIMO: - HDMI: 2; - DISPLAY PORT: 1; - HEADPHONE OUT: 1; RECURSOS: - READER MODE; - FLICKER SAFE; - PLUG & PLAY; - COLOR CALIBRATED; - SUPER RESOLUTION+; - DUAL CONTROLLER; - BLACK STABILIZER; - DYNAMIC ACTION SYNC; - AMD FREESYNC; - ONSCREEN CONTROL				
5	RIBBON, CERA, IMPRESSORA TÉRMICA, COR PRETO, LARGURA 110MM X COMPRIMENTO 74MM	446258	UNIDADE	10	R\$ 9,30
VALOR TOTAL ESTIMADO DOS ITENS -----> R\$ 29.091,00 (vinte e nove mil e noventa e um reais).					

1.1.2. À forma de cálculo do quantitativo dos itens desta licitação consta descrita no item 7 do Estudo Técnico Preliminar desta contratação.

1.1.3. **Caso ocorra alguma divergência entre as especificações técnicas constantes na tabela com aquelas lançadas no sistema eletrônico (Comprasnet), prevalecerá o constante neste instrumento.**

1.2. **O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze), conforme consta da Ata de Registro de Preços.**

1.3. **Não há órgãos participantes nesta Licitação.**

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA AQUISIÇÃO DOS ITENS DA SOLUÇÃO DE TIC

2.1. A Universidade Federal de Goiás (UFG) necessita adquirir os equipamentos constantes da **Tabela 1**, pois os mesmos são importantes para oferecer a infraestrutura necessária para que o trabalho administrativo possa ser desempenhado com mais qualidade e eficiência. Esses equipamentos também contribuem para propiciar o desenvolvimento satisfatório das atividades acadêmicas e o melhor uso e aproveitamento dos recursos tecnológicos já existentes, evitando assim o desperdício de recursos e otimizando a oferta de um dos melhores serviços da universidade: geração de conhecimento de qualidade para a comunidade universitária e toda sociedade. Integram a presente justificativa os tópicos 2, 7 14, 15, 18.1 do Estudo Técnico Preliminar desta Contratação, documento SEI nº 3263871.

2.2. Contribui-se assim, para garantir qualidade de ensino e pesquisa nessa Instituição, que sempre se pautou por maior agilidade, qualidade e inovação técnica, didática e assistência à toda população no seu cotidiano, visando resultados com a melhoria da formação acadêmica dos profissionais que dela se utilizam.

2.3. O registro de preços visa atender à dificuldade de prever, com exatidão, as quantidades que serão consumidas ao longo de 12 (doze) meses. Ainda corrobora para a realização das aquisições através dos preços registrados a permissão legal constante dos incisos I e IV, do art. 3º, do Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, quais sejam:

Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços – SRP poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou Material, houver necessidade de contratações frequentes;

(...)

IV – quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. grifos nossos.

2.4. A presente licitação está alinhada com os instrumentos de planejamento elencados no art. 6º da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019 a saber:

2.5. A solução de TIC , objeto da presente licitação está alinhada com PAC 2022 - Plano Anual de Contratações da Universidade Federal de Goiás e suas alterações.

2.6. A aquisição da solução de TIC está em consonância com **PDTI 2018-2021** desta instituição, conforme objetivos e necessidades abaixo descritas:

ID	OBJETIVO ESTRATÉGICO	Id	NECESSIDADES ELENCADAS NO PDTI
1	NE005- Meta 1 – Atender a comunidade acadêmica com eficiência e eficácia	1	Atender prontamente a comunidade acadêmica e propor soluções com eficiência e eficácia
2	NE008- Meta 1 – Estabelecer um plano de contingência para reposição de equipamentos.	1	Manter estoque mínimo necessário para suprir as paradas.
		2	Planejar e executar ações de acompanhamento das causas das paradas

2.7. A presente aquisição também guarda alinhamento à Estratégia de Governo Digital (EGD) para o período de 2020 a 2022, instituída pelo Decreto nº 10.332, de 28 de Abril de 2020, no tocante ao **Objetivo Estratégico 16**, qual seja: *Otimização das infraestruturas de tecnologia da informação*. Para alcance deste objetivo estratégico, a EGD enuncia como iniciativa (**Iniciativa nº 16.1**) a realizar, no mínimo, seis compras centralizadas de bens e serviços comuns de tecnologia da informação e comunicação, até 2022.

2.8. A relação entre a necessidade da contratação da solução de TIC e os respectivos volumes e características do objeto constam do Estudo Técnico Preliminar, Apêndice deste Termo de Referência e Anexo ao Edital da Licitação.

3. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Requisitos de Negócio:

3.1.1. Os requisitos de negócio estão materializados na própria descrição de cada item deste certame, constantes da Tabela 1, no item 1.1.1 deste termo de referência.

3.1.2. A especificação dos itens deste procedimento licitatório observou regras e princípios de manutenção da padronização do parque computacional adotado na UFG, assim como compatibilidade e desempenho com a solução já existente, visando à ampliação, renovação e continuidade da tecnologia.

3.2. Requisitos Legais:

3.2.1. Os requisitos legais para a contratação constam nos itens 2.3 a 2.7 deste termo de referência. Acrescenta-se a esses requisitos o processamento desta licitação com aplicação do Decreto 7.174/2010 e da Instrução Normativa SGD nº 01/2019. Também são requisitos legais o arcabouço legal relativo a legislação de licitações e contratos que constar do preâmbulo do Edital.

3.2.1.1. Os fornecedores deverão apresentar juntamente com a proposta de preços Documento expedido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia ou pela SUFRAMA, que comprove o atendimento do Processo Produtivo Básico. Poderá ser emitido eletronicamente, por meio de consulta ao sítio eletrônico oficial do Ministério da Ciência e Tecnologia ou da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA nos termos do art. 7º § único do Decreto 7.174/2010, caso venham a optar por exercer o Direito de Preferência.

3.3. Requisitos de Manutenção:

3.3.1. A manutenção corretiva dos bens será/serão realizada (s) pela (s) Contratada (s) durante o período de cobertura da garantia contratual dos bens.

3.4. Requisitos Temporais:

3.4.1. As compras dos itens objeto desta licitação serão feitas durante o prazo de vigência da ata de registro de preços, por se tratar de licitação, na modalidade pregão em sua forma eletrônica, que será processada pelo sistema de registro de preços, regulamentado pelo Decreto 7.892/2013.

3.5. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

3.5.1. Para participar deste procedimento licitatório, os fornecedores deverão apresentar juntamente com a proposta de preços documento que comprove a **Certificação de sustentabilidade ambiental** emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada comprovando que a empresa proponente pratica ações sustentáveis que colaborem para a preservação do Meio Ambiente, consoante artigos 5º e 6º da IN Nº 1 – SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010 ou esgotada a possibilidade de atendimento de tal exigência, a certificação poderá ser feita mediante **Declaração de Sustentabilidade Ambiental emitida pela própria empresa licitante** declarando que ela (proponente) atende às exigências constantes da IN Nº 1/2010 – SLTI/MPOG.

3.5.2. Juntamente com a proposta de preços para esta licitação todos fornecedores deverão apresentar o Registro do Fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais -CTF/APP acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos da Instrução Normativa nº 13, de 23 de agosto de 2021 e legislação correlata. O pregoeiro validará a autenticidade do documento através do link: https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/certificado_regularidade_consulta.php.

3.5.2.1. Os fabricantes dos itens objeto desta contratação devem obrigatoriamente ser registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP gerido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, conforme fixado nas Fichas de Enquadramento Técnico nº 5.2 e 21.3, disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/servicos/cadastros/cadastro-tecnico-federal-ctf/cadastro-tecnico-federal-de-atividades-potencialmente-poluidoras-e-ou-utilizadoras-de-recursos-ambientais-ctf-app/fichas-tecnicas-de-enquadramento-ftes-1/ftes-o-que-sao#entenda-ftes>.

3.6. Requisitos de Garantia e Manutenção:

3.6.1. Conforme detalhes constantes do Estudo Técnico Preliminar, Apêndice I deste Termo de Referência, os fornecedores participante deste certame deverão ofertar em suas propostas **Garantia ON-SITE** com prazo de garantia não inferior a 5 (cinco) anos para todos os itens desta licitação.

3.6.2. O prazo de garantia para os itens deverá constar da proposta de preços dos fornecedores e será contado a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, relativo a cada aquisição efetuada pela Universidade.

3.6.3. Da proposta de preços dos fornecedores deverão constar os telefones, e-mail, site ou outro canal para o acionamento da garantia dos bens.

3.6.4. A Garantia ON-SITE dos bens ofertada deverá cobrir custos de manutenção e de substituição dos bens, se for o caso.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, e encontra-se materializada no documento SEI nº 2642652.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

5.1. O objeto a ser adquirido foi definido como bens comuns nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. *Os critérios de sustentabilidade são os descritos nos subitens 3.5 a 3.5.2.1 deste Termo de Referência.*

7. MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO, ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. O prazo de entrega dos bens é de **15 (quinze) dias**, contados do(a) (assinatura do contrato ou recebimento da nota de empenho via e-mail), em remessa (única ou parcelada), no seguinte endereço: **Diretoria de Logística - DLOG/UFG (antigo DMP/UFG)**, localizado na Av. Esperança

(Alameda Flamboyant), Campus II – Samambaia, Goiânia – Goiás, CEP: 74.690-900. Telefones e e-mails: **Coordenação de Patrimônio - CAPT/DLOG: (62) 3521-1102 - E-mail: patrimonio.dlog@ufg.br**.

- 7.1.1. O prazo de entrega poderá ser dilatado a critério da autoridade competente da Universidade e mediante pedido escrito e fundamentado da Contratada.
- 7.2. As entregas deverão ocorrer obrigatoriamente de segunda sexta-feira, em horário comercial, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.
- 7.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até 15 (quinze) dias, pelo(a) servidor ou Equipe de servidores, conforme o caso, responsável (veis) pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 7.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 07(sete) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 7.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 7.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 7.8. Durante a validade da contratação a empresa contratada não poderá alegar a indisponibilidade dos produtos ofertados, sob pena de lhe ser aplicadas as sanções previstas no edital.
- 7.8.1. Se no ato da entrega dos produtos a Nota Fiscal de Venda não for aceita pela Contratante devido a alguma divergência/irregularidade(s) em seu preenchimento, esta será devolvida para as necessárias correções, passando a contar o prazo de pagamento a partir da data de sua reapresentação.
- 7.8.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 7.8.3. Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados em suas embalagens originais e em perfeitas condições de uso, de forma a permitir completa segurança por parte da Contratante, sob pena do não recebimento definitivo dos mesmos.

Dados para emissão da Nota Fiscal de Venda

Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Endereço: Campus II – Samambaia, Goiânia – GO

CEP: 74691-300

CNPJ: 01.567.601/0001-43

Inscrição Estadual: Isento Fone: (62) 3521 1020

- 7.8.4. Para agilizar o processo de pagamento, devem ser informados na Nota Fiscal de Venda os dados bancários da Contratada (se possível).
- 7.9. As situações e a forma que serão aplicadas as sanções à Contratada (s), assegurados o contraditório e a ampla defesa, contam do item denominado: " DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, deste termo de referência.
- 7.10. Em todo processo de aplicação de sanção será observado pela Contratante a proporcionalidade das sanções previstas ao grau do prejuízo causado pelo descumprimento, observadas as faixas para multas e os gêneros de penalidades descritos no item: " SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, deste termo de referência.
- 7.11. **A gestão do presente processo de contratação será executada no que couber com observância pelas áreas competentes das seções III e IV da Instrução Normativa da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia nº 01/2019 e suas alterações.**

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações da Contratante:
- 8.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 8.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.2.1. Rejeitar os produtos em que as características, qualidade não satisfaçam às exigências contratadas, que sejam impróprias ou diferentes/inferiores daquelas exigidas neste instrumento e respectivo edital, obrigando a adjudicatária a substituir ou se adequar, sem ônus para a UFG e no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 8.2.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento (**documento que pode ser confeccionado pela Contratante no corpo do e-mail que encaminhar o contrato a nota de empenho ou instrumento substituto à Contratada**), de acordo com critérios definidos neste termo de referência, observando-se o disposto nos item 7, no item 9, no item 14 e seus subitens.
- 8.2.3. **Gerir e fiscalizar a contratação no que couber com observância pelas áreas competentes das seções III e IV da Instrução Normativa da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia nº 01/2019 e suas alterações.**

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste instrumento, edital e anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

9.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do código de defesa do consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.1.4. Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9.1.7. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

9.1.8. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

9.1.9. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

9.1.10. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

10. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

10.1. As regras e obrigações, referentes aos órgãos gerenciador, órgãos participantes e não participantes da licitação, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços, em anexo específico do Edital do Pregão Eletrônico 061/2022.

10.2. A Ata de Registro de Preços é regida pelo Decreto 7.892, de 23 de Janeiro de 2013 e suas disposições são aplicáveis integralmente a esta contratação.

10.3. São obrigações da Universidade Federal de Goiás, como órgão gerenciador do registro de preços, além do disposto no Decreto nº 7.892, de 2013, e atualizações:

a) efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

b) conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

c) definir a produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

d) definir as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pela contratada;

e) definir as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a realização de testes em amostras do (s) item (s), observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 do Artigo 17 da Instrução Normativa SGD nº 01/2019, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

10.4. Nas fases interna e externa do pregão eletrônico a comunicação dos não participantes da Licitação com o órgão gerenciador, será realizada por meio de envio de e-mail para pregao.dcom@ufg.br ou por meio de ofício a ser encaminhado pelos não participantes à Diretoria de Compras da Universidade Federal de Goiás.

10.5. Na fase de execução da contratação a comunicação dos órgãos participantes e não participantes da Licitação com o órgão gerenciador, será realizada por meio de envio de e-mail para dcc.dmp@ufg.br ou por meio de ofício a ser encaminhado pelos órgãos não participantes à Diretoria de Compras da Universidade Federal de Goiás.

10.6. Os órgãos não participantes da licitação que forem autorizados a efetuar a adesão (carona) a ata de registro de preços decorrente desta contratação, quando efetuarem, assegurados o contraditório e a ampla defesa a penalização de fornecedores no SICAF por descumprimento das regras da Ata deverão comunicar à UFG.

10.7. As solicitações de Adesão (caronas) às Atas de Registro de Preço gerenciadas pela Universidade Federal de Goiás (UASG 153052) são feitas somente via **SIASNET por intermédio da funcionalidade "GESTÃO DE ATA SRP", devendo o órgão interessado solicitar o acesso ao sistema seguindo a orientação disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://dcom.ufg.br/p/38525-outros-orgaos-como-solicitar-adesao-as-atas-da-ufg>.**

10.8. Conforme previsto na Ata de Registro de Preços são designados gestores da Ata que são responsáveis por efetuar o controle do registro de preços.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

14.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

14.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

14.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

14.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

14.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

14.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

14.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

14.12. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

14.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14.14. Os pagamentos serão realizados somente via ordem bancária e, de acordo com a tramitação formal, não sendo reconhecidos quaisquer outros tipos de documentos de cobrança, tais como duplicatas, boletos e/ou outros tipos de títulos. A responsabilidade pela baixa de qualquer cobrança apontada em cartórios de títulos e protestos ou equivalentes, será de total responsabilidade da Contratada.

14.14.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

I = (6/100)/365

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)/365	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%.

15. DO REAJUSTE

- 15.1. Os preços são fixos e irrevogáveis, nos termos do Parecer nº 00001/2016/CPLCA/CGU/AGU não cabe reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico em relação à Ata de Registro de Preços, uma vez que esses institutos estão relacionados à contratação (contrato administrativo em sentido amplo).
- 15.2. Os critérios de revisão e cancelamento são os que constam da minuta da Ata de Registro de Preços.

16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 16.1. Não haverá exigência de garantia de execução contratual da execução, tendo em vista que as aquisições decorrentes desta licitação estarão cobertas por garantia contratual ONSITE, adicional a garantia legal, conforme detalhado no tópico denominado Requisitos da Garantia e Manutenção, e ainda conforme disposto no item 17 e seus subitens, deste expediente.

17. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

- 17.0.1. Conforme detalhes constantes do Estudo Técnico Preliminar, Apêndice I deste Termo de Referência, os fornecedores participante deste certame deverão ofertar em suas propostas **Garantia contratual ON SITE** de prazo não inferior a 5 (cinco) anos para todos os itens desta licitação.
- 17.0.2. O prazo de garantia para os itens deverá constar da proposta de preços dos fornecedores e será contado a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, relativo a cada aquisição efetuada pela Universidade.
- 17.0.3. Da proposta de preços dos fornecedores deverão constar os telefones, e-mail, site ou outro canal para o acionamento da garantia dos bens pela CONTRATANTE.
- 17.0.4. A Garantia ON-SITE dos bens ofertada deverá cobrir custos de manutenção e de substituição dos bens, se for o caso.
- 17.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
- 17.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 17.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 17.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 17.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 17.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.
- 17.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.
- 17.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 17.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 17.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.
- 17.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato ou instrumento substituto, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 18.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 18.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 18.1.3. Fraudar na execução do contrato;
- 18.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 18.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 18.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 18.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 18.2.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida (valor da contratação /empenho), até o limite de 30 (trinta) dias corridos.
- 18.2.3. **Multa compensatória variando de 10% (dez por cento) até 30% (dez por cento) sobre o valor total da contratação (empenho), no caso de inexecução total do objeto da contratação (valor empenhado);**
- 18.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, **considerando a faixa percentual** do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

- 18.2.5. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 18.2.6. **Impedimento de licitar e contratar** com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 18.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa deste Termo de Referência.
- 18.2.7. **Declaração de idoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 18.3. As sanções previstas nos subitens acima poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 18.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 18.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 18.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 18.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 18.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 18.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 18.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 18.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 18.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 18.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 18.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 18.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 18.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 19.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 19.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 19.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 19.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 19.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 19.3.1.1.1. **comprovação de que trata este subitem, considerando as disposições do Acórdão TCU 914/2019, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas: comprovar o fornecimento de no mínimo 20% (vinte por cento) do quantitativo total para cada item desta licitação, que vier a participar.**
- 19.4. **O critério de aceitabilidade de preços é o menor preço unitário por item.**

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

- 20.1. O valor unitário para cada item e o valor total estimados constam descritos na Tabela 1 deste Termo de Referência.

21. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 21.1. Por se tratar de licitação processada pelo sistema de registro de preços, tendo em vista as prerrogativas constantes no art. 7º, §2º do Decreto 7.892/2013, a dotação orçamentária será juntada aos autos previamente a emissão de empenho relativa a cada compra que ocorrer, durante a vigência da ata de registro de preços.

22. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

- 22.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2022 e 2023 (a depender da época da aquisição e período de vigência da ata de registro de preços), a indicação da fonte e centro de custos, por se tratar de registro de preços, será feito a cada parcela solicitada.

23. AMOSTRA DO OBJETO

- 23.1 Não haverá exigência de amostra do objeto.

24. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

24.1. Não será permitida a participação de licitantes em consórcio.

Webber Tavares de Carvalho
Assistente em Administração
Matrícula SIAPE nº 2067948
Integrante Requisitante

Kleiton Rodrigues de Araújo
Matrícula SIAPE nº 2066331
Técnico de Tecnologia da Informação
Integrante Técnico

Hellen Silva Souza Negreiros
Matrícula SIAPE nº 3287927
Assistente em administração
Integrante Administrativo

Igor Rodrigues Vieira
Matrícula SIAPE: 2466314
Diretor do Centro de Recursos Computacionais - CERCOMP
Autoridade máxima da Área de TIC

Apêndice - Estudo Técnico Preliminar

Estudo Técnico Preliminar, materializado pelo documento SEI nº 3263871, constante dos autos do presente procedimento, será publicado compactado como um dos anexos do edital da licitação, quando da divulgação desta licitação, no endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br.



Documento assinado eletronicamente por **Hellen Silva Souza Negreiros, Assistente em Administração**, em 04/11/2022, às 14:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kleiton Rodrigues De Araújo, Técnico de Tecnologia da Informação**, em 04/11/2022, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Igor Rodrigues Vieira, Diretor**, em 04/11/2022, às 17:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Webber Tavares De Carvalho, Coordenador**, em 07/11/2022, às 09:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3313524** e o código CRC **D2388410**.